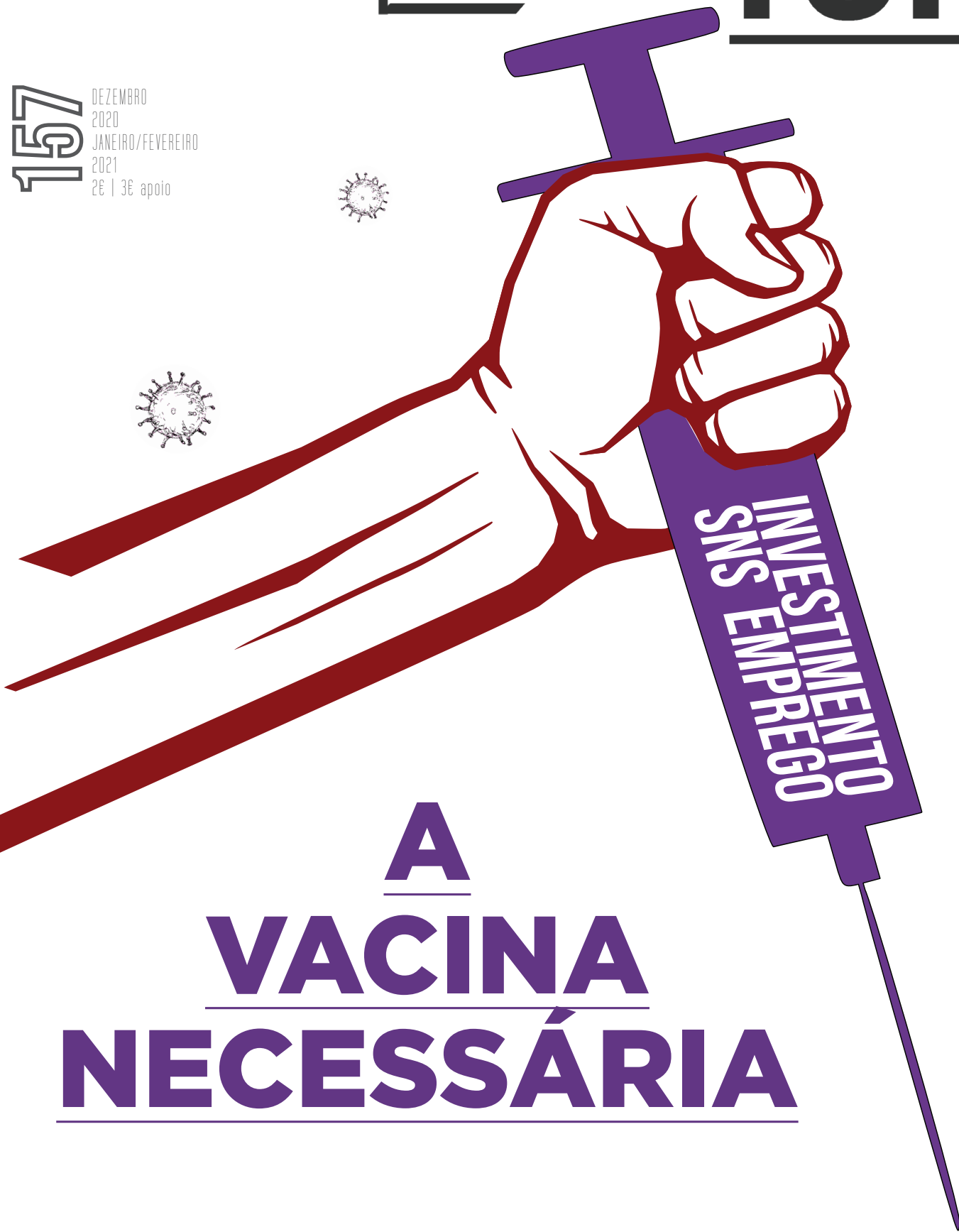


RUP TURA

revista política do MAS

157

DEZEMBRO
2020
JANEIRO/FEVEREIRO
2021
2€ | 3€ apoio



A VACINA NECESSÁRIA

Presidenciais 2021: faz falta uma candidatura única à esquerda! É preciso preparar a Greve Internacional de Mulheres. O gang empresarial do Chega. Na pandemia atacam o sindicalismo combativo. Caminhos da luta antifascista. Trump foi derrotado. 25 de Novembro de 1975. Revolução na América Latina.

sem comentários

157

RUP TURA



sumário

ÓRGÃO OFICIAL DO
MOVIMENTO ALTERNATIVA
SOCIALISTA (MAS)

www.mas.org.pt

REVISTA RUPTURA

Proprietário: Gil Garcia
Diretor: João Pascoal
Redacção: Núcleo do Jornal e
Comunicação
Editor Gráfico: Daniel Pereira
Capa: Bruno Cancelinha

COLABORAM NESTE NÚMERO

António Louçã, Bruno Cancelinha,
Daniel Pereira, Flávio Ferreira, João
Pascoal, Renata Cambra

SEDES DO MAS

Lisboa:
Rua António Pereira Carrilho, 5, 2º
Coimbra:
Rua Fernandes Tomaz, nº 69
Braga:
Alameda de Fajacal, lj. 39

CONTACTO:

revistaruptura@mas.org.pt
Nº ICS: 124814
Tiragem: 300 exemplares
Impressão: Espaço Gráfico,
R. Coronel Luna de Oliveira,
Nº 6 - A/B
1900 - 167 Lisboa

CAPA

6 Combater a pandemia
Investimento nos serviços
públicos ou financiamento
dos lucros privados?

NACIONAL

4 Presidenciais 2021
Será possível uma
candidatura única à
esquerda

**5 As mulheres perdem
mais na pandemia**
É preciso construir a Greve
Internacional de Mulheres

EXTREMA-DIREITA

**10 O gang empresarial do
Chega**

**12 Cooperar, ignorar ou
combater?**
Como enfrentar a
extrema-direita

INTERNACIONAL

**16 Trump foi
eleitoralmente derrotado,
e agora?**

**20 Revolução e
contra-revolução na
América Latina**

TRABALHADORES

**14 Na pandemia atacam
o sindicalismo combativo**

**15 Tribunal condena
Randstad a reintegrar
dirigente sindical**

HISTÓRIA

**18 25 de Novembro de
1975**
Requiem por uma
revolução

A PANDEMIA DEIXA EVIDENTE A IMPORTÂNCIA ESTRUTURAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITORIAL

Já são praticamente 100 mil novos desempregados desde o início da pandemia, sobretudo entre os trabalhadores e trabalhadoras mais precárias. Os bancos alimentares estão a apoiar 440 mil pessoas, mais 60 mil que antes da pandemia. O Banco de Portugal (BdP) prevê uma quebra média dos salários perto dos 10%, com maior peso sobre as funções onde os salários já são mais baixos.

Os profissionais de saúde e de educação estão a ser esmi- frados até ao tutano. Os trabalhadores das grandes cadeias de super e hipermercados, por exemplo, são pressionados a aderir a bancos de horas, sob a promessa de que poderão vir a gerir mais convenientemente os seus horários e vida pessoal, prescindindo do pagamento das horas extra que lhes são devidas.

O teletrabalho instalou-se, atomizando cada trabalhador e alienando a capacidade de resposta sindical. A saúde mental degrada-se rapidamente, transformando-se num grave problema social. Os micro e pequenos empresários de sectores como o da restauração, assim como os seus trabalhadores, estão com a corda na garganta e saem à rua em desespero. Esta é a crise social e económica que se aprofunda por trás dos anúncios diários de novos infectados.

Por sua vez, os grandes grupos económicos e financeiros aproveitam para operar grandes “reestruturações”. Assim que acabaram as limitações impostas pelo layoff simplificado, começaram os despedimentos colectivos nas grandes empresas, emagrecendo as suas estruturas como forma de proteger os lucros dos accionistas. Os números de despedimentos colectivos já são os mais elevados desde 2014, envolvendo milhares de postos de trabalho. Segundo o jornal Expresso, a banca e seguros, o sector farmacêutico, a hotelaria, os serviços, o comércio e os transportes lideram os processos de despedimentos.

As medidas do Governo Costa, mais preocupado com o controlo do défice e com as injeções de capitais públicos na banca, são circunstanciais, insuficientes e tardias. É incompreensível, mas a mão invisível do mercado que nos trouxe à crise que atravessamos desde 2008 continua a merecer toda a confiança dos governos da UE. A força de trabalho, os serviços públicos e o sistema produtivo são sacrificados, enquanto as injeções na banca e o pagamento da dívida e dos seus juros são sagrados. O Estado social e os direitos democráticos e laborais dão lugar

ao Estado policial, como forma de conter o descontentamento popular. É necessário romper com este ciclo!

Se a esquerda parlamentar não construir uma oposição efectiva e independente a este tipo de governação, não poderemos esperar outra coisa que o crescimento da extrema-direita. PSD e CDS-PP acabam de demonstrar, através das eleições nos Açores, que não terão qualquer problema em conformar uma aliança com a extrema-direita autoritária e racista para chegar ao poder.

O PCP marca passo ao lado do PS mas o BE dá um sinal positivo ao votar contra o último Orçamento do Estado para 2021, rompendo com a política que tem seguido nos últimos 6 anos. Este caminho deve agora assumir um carácter estrutural e ter um reflexo nas ruas, através da mobilização. Isso exige que, independentemente do resultado da auditoria ao NB, o BE, mas também o PCP, se oponham a qualquer nova injeção de dinheiros públicos na banca privada. Os accionistas privados da Lonestar, que detêm 75% do NB, que assumam as suas responsabilidades.

No imediato, o dinheiro público que tem sido enterrado na banca privada é necessário para investir nos serviços públicos; é necessário na garantia de um apoio digno, no valor de um salário mínimo, durante 1 ano, para todos os que perderam rendimentos ou o emprego; e é necessário para apoiar as micro e PME que conservem os empregos afectados pela pandemia.

Em termos estruturais, aquele dinheiro é necessário para a reconversão produtiva e energética da nossa economia, criando milhares de empregos, com direitos e salários dignos. Isso implica produzir no país boa parte daquilo que compramos às grandes potências europeias, assim como implica acabar com a pobreza e precariedade que assola mais de 20% da nossa força de trabalho.

A pandemia deixa evidente a importância estrutural dos serviços públicos, universais e de qualidade. Os privados, movidos pelo lucro, não têm vocação para satisfazer necessidades tão básicas e essenciais como a saúde, a educação ou o transporte quotidiano. É urgente investir nos nossos serviços públicos, requisitar publicamente todos os hospitais privados, assim como formar e contratar mais profissionais, com carreiras e salários dignos.

PRESIDENCIAIS

SERÁ POSSÍVEL UMA CANDIDATURA UNITÁRIA À ESQUERDA?

por FLÁVIO FERREIRA

A pandemia veio expor todas as debilidades que foram deixadas pela Troika e que a Geringonça se limitou a preservar.

Primeiro, a fragilidade produtiva da nossa economia, baseada em precariedade e baixos salários, à boleia de um volátil sector do turismo e especulação imobiliária, não foi revertida. Antes pelo contrário, mesmo com uma das gerações mais bem preparadas, a nossa economia está mais subordinada às potências europeias e mundiais que antes.

Em segundo, os privilégios que são concedidos à banca e grandes grupos económicos, com o aval da UE, continuam a ser o pão nosso de cada dia, quer seja através das injeções sucessivas de capitais públicos, quer seja através da canalização de rios de dinheiro para uma dívida pública cuja responsabilidade está por apurar. Sim, as elites continuam a viver bem acima das nossas possibilidades.

Em terceiro, a destruição a que o Estado social e os nossos serviços públicos foram submetidos pela Troika, abrindo espaço à sua privatização, não foi revertida. As rendas do Estado continuam a fazer parte fundamental da acumulação de capital dos grandes grupos privados. Neste sistema, uns poucos apropriam-se do pão, para que todos os outros vivam de migalhas.

A direita tradicional não conseguiu levantar-se depois da dose de austeridade que nos aplicou, sendo que o CDS-PP corre mesmo o risco de desaparecer. A memória popular não é assim tão curta. Por outro lado, há 5 anos que vivemos num quadro político sem oposição à esquerda do PS. A política de continuo apoio ao Governo PS, seguida por BE e PCP, esvaziou as ruas, subalternizou os sindicatos e serviu para cilindrar, sem piedade, os sectores profissionais que tiveram a coragem, contra a opinião pública, de lutar justamente por melhores condições de vida, como os estivadores, motoristas, professores ou enfermeiros.

Ora, sem oposição efectiva à esquerda, as migalhas prometidas pelo PS foram dando lugar a adiamentos sucessivos, cumprimento pelos mínimos e cativações, muitas cativações. Sem oposição efectiva à esquerda, o justo descontentamento e o desespero provocado por uma crise abrupta vão parar aos braços da extrema-direita.

Apesar de nos quererem fazer crer que não há alternativa, não estamos condenados a viver assim! Precisamos de um rumo político que questione frontalmente a lógica neoliberal TINA (There Is no Alternative) e a amálgama autoritária e ultraconservadora MAGA (Make America Great Again), mobilizando as ruas em torno de um projecto político em que as nossas vidas e o meio ambiente estão acima do lucro. O primeiro passo é que a esquerda rompa com a sua política dos últimos anos, de subalternização face ao PS, e agregue esforços para se assumir como oposição. É preciso demonstrar que, sim, há alternativa e que o percurso se faz junto daqueles e daquelas que vivem dos trabalhos mais precários e mais mal pagos, em total respeito por toda a sua diversidade étnica e sexual. As Presidenciais podem e devem estar ao serviço desta alternativa.

Lamentamos que Ana Gomes tenha, até agora, decidido marcar a sua candidatura pelo distanciamento do percurso crítico ao sistema, dos últimos anos, e se aproxime mais do centro, namorando o espaço do PS. Lamentamos também que o PCP marque passo e opte por se manter sob a alçada do PS na aprovação de mais um Orçamento do Estado. Mas não podemos deixar de salientar o importante passo dado pelo BE, de rompimento com o PS. Este passo precisa agora de ganhar carácter definitivo e de avançar na construção da oposição à esquerda e de mobilização nas ruas.

É verdade que as eleições Presidenciais estão decididas à partida, mas isso não afasta a responsabilidade da esquerda em procurar a melhor resposta que nos permita construir a alternativa de que precisamos, em oposição a Marcelo e aos seus maiores apoiantes, o Governo Costa e a direita, assim como em oposição ao crescimento da extrema-direita.

Antes de nos definirmos por algum dos candidatos que se apresentam, consideramos que ainda é altura para que o conjunto de candidaturas à esquerda, pelo menos, se sente e tente chegar a um acordo em torno de uma única candidatura à esquerda. Se BE, PCP e os socialistas de esquerda, críticos ao PS, se conseguem entender com o PS, porque não se conseguem entender entre si? Esta candidatura única poderia assentar sobre a chave para a grave crise que atravessamos e que tanto Marisa Matias, como Ana Gomes ou João Ferreira parecem concordar: (i) fim das injeções de dinheiro público na banca, canalizando esse dinheiro para a reconversão produtiva e energética da nossa economia, criando milhares de empregos; (ii) contratar mais profissionais e investir imediatamente nos nossos serviços públicos; (iii) garantir um SMN, durante 1 ano, a todos os que perderam rendimentos e/ou o emprego; (iv) apoios a fundo perdido às micro e PME que conservem os empregos afectados pela pandemia.

Estamos convencidos que uma candidatura única em torno destes quatro pontos, seria um importante sinal de que a esquerda está efectivamente comprometida com a defesa dos interesses de todos aqueles e aquelas que vivem do seu trabalho.





AS MULHERES PERDEM MAIS NA PANDEMIA: É PRECISO CONSTRUIR A GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES

por RENATA CAMBRA

Os alertas foram dados desde o início e hoje os dados estão disponíveis: a pandemia veio agravar e muito as condições de vida das mulheres em todo o mundo. Portugal não é exceção.

O próprio FMI alertou que a crise económica precipitada pela pandemia pode vir a comprometer os avanços no combate à desigualdade de género dos últimos 30 anos, apontando entre os principais fatores o facto de as mulheres serem a grande maioria da força de trabalho nos setores mais afetados pelo confinamento (como serviços, retalho, restauração, hotelaria e limpezas), empurrando-as mais facilmente para o desemprego e o layoff. A preponderância das mulheres na realização do trabalho doméstico não remunerado, com responsabilidades acrescidas nos cuidados a crianças e idosos durante o confinamento, implica não só uma sobrecarga, mas também um maior risco de perder o emprego. Ao mesmo tempo, a ONU aponta que 7 em cada 8 países estão a falhar na mitigação do impacto da pandemia na vida das mulheres, sobretudo ao nível da segurança económica, mas também quanto à violência doméstica e à sobrecarga dos cuidados não remunerados, estimando que a taxa de pobreza entre as mulheres aumente para 9,1%.

Em Portugal, estas tendências confirmam-se. De facto, existe uma maioria de mulheres em serviços que não permitem o teletrabalho, tanto nos que foram encerrados ou fortemente limitados durante o confinamento, como cabeleireiros, esteticistas e limpezas (90%), balcões de lojas e comércio (64%), como nos particularmente expostos ao vírus, como auxiliares de saúde (92%), enfermeiras (82%), médicas (55%), prestado-

ras de cuidados a idosos e dependentes (80%) e serviços de subsistência (supermercados), restauração e hotelaria (65%).

A par disso, 85% das famílias monoparentais são sustentadas por mulheres. Em relação ao emprego, segundo a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, entre Fevereiro e Abril de 2020, foram extintos 49,9 mil postos de trabalho, 89,4% dos quais ocupados por mulheres. As mulheres representam já 57% da população desempregada no país. Também segundo dados do INE, as mulheres representaram 62% dos 644 mil ausentes do trabalho no segundo trimestre do ano, por ocuparem postos em que não era possível nem o teletrabalho, nem a ida ao emprego, registando-se uma forte incidência do layoff, mas também, segundo dados da Segurança Social até Junho, uma grande maioria de mulheres a ficar em casa para cuidar de menores (162,7 mil mulheres e 37,8 mil homens).

Todos estes dados confirmam que a situação social e laboral das mulheres em Portugal se tornou ainda mais instável e precária. No entanto, os problemas não terminam aí: em Portugal as mulheres ganham atualmente menos 14,4% do que os homens (148,9 euros em números absolutos). A lei criada em 2018 para proibir a discriminação salarial dentro de cada empresa não resolve nem o facto de as mulheres estarem sujeitas a uma forte segregação laboral, ocupando postos de trabalho maioritariamente precários, onde se recebe o salário mínimo sem possibilidade de progressão na carreira, nem o problema da discriminação que sofrem muitas mulheres por serem mães.

Face a este cenário, não é de admirar que também a nível da saúde mental as mulheres tenham sido mais afetadas do que os homens,

sobretudo as mais pobres. Ao receio do vírus, soma-se a exclusão social, a falta de condições na habitação, o perigo de perder o emprego com o fecho de empresas, o medo dos cortes nos salários, a insegurança dos contratos de trabalho, a sobrecarga dos cuidados familiares. É urgente exigir melhores condições para as mulheres trabalhadoras, combatendo as desigualdades de género.

CONSTRUAMOS A GREVE DE MULHERES DE 8 DE MARÇO

Por:

aumento do salário mínimo para 900€

fim do trabalho precário

criação de rede pública e gratuita de creches e lavandarias

reforço dos apoios sociais a famílias monoparentais e mães desempregadas

aumento da habitação social digna

reforço dos meios humanos e materiais do SNS

fim dos ataques aos direitos de maternidade

INVESTIMENTO EM SERVIÇOS PÚBLICOS OU FINANCIAMENTO DOS LUCROS PRIVADOS?

Depois de ultrapassada a primeira vaga, o Governo PS teve os meses de Verão para investir e preparar o SNS, as escolas, os transportes públicos e os locais de trabalho para a já esperada segunda vaga. Isso exigiria planeamento, investimento público, sensibilização da população e empresas e a contratação de mais profissionais públicos, nomeadamente da Saúde e Educação. Em termos estruturais, seria necessário colocar um fim ao plano de destruição paulatina dos serviços públicos, que vem abrindo portas à sua privatização, como se tem vindo a verificar nas últimas décadas pelos sucessivos Governos PS e PSD/CDS-PP.

No entanto, Costa esteve mais preocupado em negociar com os banqueiros a nova injeção de capitais no Novo Banco, que, embora não entre no OE2021, acabará contabilizada no défice orçamental do Estado e paga por todos nós. Não podemos deixar de notar que nem com a pandemia mundial que atravessamos a saúde e os serviços públicos ganham primazia face à banca.

Enquanto isso, os efeitos económicos e sociais da pandemia não deixaram de se desenvolver. O Banco de Portugal (BdP) prevê que o país termine o ano de 2020 com uma quebra do PIB que deverá situar-se entre os 9,5% e os 13%, face a 2019.

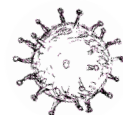
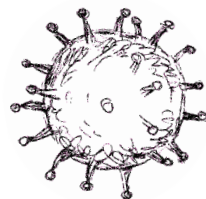
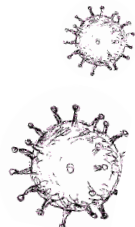
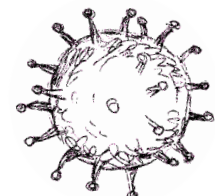
Desde o início da pandemia, já se registaram perto de 100.000 novos desempregados, dos quais cerca de 70% vêm do sector dos serviços onde se destacam a restauração, hotelaria, turismo e imobiliário, e 20% vem do sector secundário, nomeadamente, da construção. O desemprego afecta sobretudo os sectores sociais mais explorados e oprimidos, como os trabalhadores precários (55,2% dos novos desempregados), as mulheres (57,3% dos novos desempregados) e os imigrantes. As micro, PME e seus trabalhadores que não têm como desenvolver a sua actividade de forma digital, nomeadamente, na restauração, são as mais atingidas pelas medidas de confinamento, atravessando grandes dificuldades.

Por sua vez, as grandes empresas e bancos estão a aproveitar a pandemia para proteger os seus lucros, avançar com reestruturações e desenvolver campanhas de despedimentos em barda, sempre servidas das necessárias doses de assédio laboral. Em muitas destas empresas, os despedimentos são acompanhados da contratação de novos precários, bem mais baratos.

Em Maio deste ano, o BdP estimou que, ao longo de 2020, as famílias venham a registar uma perda nos rendimentos do trabalho de 8,2%, sendo que os trabalhadores com menores rendimentos deverão sofrer uma quebra superior, na ordem dos 8,6%. É provável que, com as novas medidas de confinamento, esta quebra venha a ser superior.

Todos estes dados demonstram bem que as medidas que têm sido adoptadas pelo Governo PS têm conseguido amortecer uma boa parte dos efeitos da pandemia sobre as grandes empresas e a banca, o que não acontece da mesma forma sobre o emprego, os rendimentos dos trabalhadores, os serviços públicos e as micro e PME. Quem mais está a pagar os efeitos da pandemia são os trabalhadores, com especial relevância para os seus sectores mais pobres e oprimidos, e os micro e pequenos empresários.

Resultado: à falta de medidas que protejam o emprego, os rendimentos, os serviços públicos e as micro e PME, vai-se gerando uma instabilidade social crescente, à qual o Governo PS responde com algumas migalhas, enquanto vai impondo uma atmosfera política de medo, medidas repressivas e Estado policial. Claro que a esta receita não poderia faltar a distribuição de grandes benefícios aos grandes grupos económicos e financeiros. Vejamos, com mais pormenor, como está a responder o Governo PS às exigências da situação.



COMBATER A PANDEMIA



É PRECISO INVESTIMENTO NO SNS E NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE! REQUISIÇÃO DOS HOSPITAIS PRIVADOS, SEM FINANCIAR OS SEUS LUCROS!

Em 2019, Costa tinha prometido a contratação de 4.200 profissionais de saúde, para 2020, e outros 4.200, para 2021. Sem ter cumprido as promessas para 2020, promete agora, novamente, que irá contratar 4.200 profissionais de saúde, durante 2021, dos quais cerca de 2.200 correspondem à contratação de precários que já estão a trabalhar no SNS. Isto não é reforço do SNS. É apenas a contratação efectiva de trabalhadores precários que já estão em funções. Com a oposição à esquerda comprometida com política dos últimos anos, o controlo democrático das promessas feitas tem-se vindo a diluir. Onde estão as contratações de que precisávamos ainda antes da pandemia? Não aconteceram. É preciso a contratação imediata dos profissionais de saúde prometidos!

O mesmo se pode dizer do investimento orçamentado para a Saúde no presente ano. Segundo as promessas do Governo, o OE2020 suplementar aumentou em €500 milhões o orçamento da Saúde, passando para um valor total de €11.730 milhões. Segundo os dados de Setembro da execução efectiva destes montantes, publicados pelo próprio Ministério das Finanças, apenas tinham sido gastos €7.920 milhões. Onde estão os restantes €3.810 milhões que foram orçamentados para a Saúde até ao final do ano? Onde serão gastos? Em investimento e contratação ou na distribuição de benefícios e rendas aos grupos de saúde privados?

Vejam: em Outubro de 2020, o Governo já tinha gasto €477 milhões para responder à pandemia, 96% dos quais por ajuste directo. A em-

presa que mais facturou com estes contratos, num valor de €38,3 milhões, foi a GLS Med Trade, do Grupo Luz Saúde, detido pela empresa Fosun e pela seguradora Fidelidade, que está igualmente nas mãos daquele grupo chinês. Aquele valor foi justificado com a venda de €19,7 milhões em equipamentos de protecção individual e €18,3 milhões em testes.

Ao mesmo tempo, perante a possibilidade de ruptura do SNS, a solução apresentada pelo Governo foi a de contratação dos serviços privados de saúde, através da negociação de acordos, ou seja, aos preços que os privados exigirem. Segundo o acordo entre a CUF e a ARS Norte, serão pagos, pelo Estado, €1962, por 4 dias de internamento (€490,5/dia), nos casos com menor gravidade, e €12.861 nos casos mais graves. Ora, o Estado pagará aos privados um preço que vai muito além do preço médio de €332/dia por internamento no privado, segundo os dados de 2014.

Mesmo se considerássemos que os preços médios de internamento num hospital privado aumentaram, todos os anos 5%, desde 2014, o que é um absurdo, isto daria um preço médio actual por internamento num hospital privado de €445/dia, ainda abaixo dos €490,5/dia negociados com o Estado. É imoral!

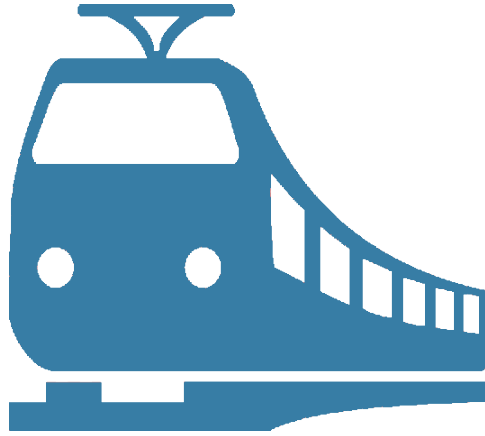
As necessidades públicas de saúde nacionais não podem estar ao serviço dos lucros dos privados. A requisição pública dos hospitais privados tem de ser imediata e de acordo com os custos do sector público! O investimento prometido para o SNS, em 2020, tem de ser imediatamente executado!

É PRECISO CONTRATAR MAIS FUNCIONÁRIOS E MAIS PROFESSORES PARA AS ESCOLAS!

Tal como na Saúde, o mesmo se verifica na inexistência de medidas atempadas na preparação das escolas para a segunda vaga. No OE2021, o Governo promete gastar €35 milhões com a contratação de 3.000 funcionários para as escolas.

É um valor irrisório e que já devia ter sido investido logo no início do ano lectivo, em Setembro passado, uma vez que aqueles funcionários são, desde então, indispensáveis. No entanto, incompreensivelmente, o Governo preferiu poupar na contratação de funcionários no primeiro período do ano lectivo 2020/2021, precisamente quando eram mais necessários.

Sobre a contratação de mais professores, por forma a diminuir o número de alunos por turma, proteger a saúde e providenciar uma melhor educação, nada se houve falar. Tal como os profissionais de saúde, os professores têm feito sacrifícios pessoais enormes para que os nossos alunos não sejam prejudicados no seu percurso escolar. Adaptaram-se rapidamente às novas tecnologias, com aulas à distância e a preparação de materiais, sacrificando a sua própria vida pessoal, permitindo que o ano lectivo anterior fosse concluído da melhor maneira. Têm sido uma peça fundamental no arranque do actual ano lectivo, procurando sempre ser parte da solução e não do problema. No entanto, nada disso é reconhecido pelo Governo. A execução efectiva do OE2020 para a Educação, no mês de Setembro de 2020, era de apenas €5.630,3 milhões, abaixo dos orçamentados €6.517 milhões para este ano. Onde estão os restantes €886,7 milhões que foram orçamentados para a Educação até ao final do ano? As contratações de funcionários para as escolas têm de ser imediatas! O investimento prometido para a Educação tem de ser imediatamente executado!



É PRECISO MAIS INVESTIMENTO NOS TRANSPORTES PÚBLICOS!

O OE2021 prevê aumentar o financiamento do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) em €30 milhões. Isto significa a transferência de boa parte destes recursos públicos para as empresas privadas de transportes, como forma de as financiar. Em 2020, foram orçamentados €200 milhões para financiar os privados como forma de controlar os preços dos passes e, este ano, esse valor será reforçado para os €230 milhões.

No mesmo sentido, no início de Novembro de 2020, o Governo anunciou que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto vão ter €1,5 milhões para aquisição de serviços de transporte privado de turismo que estejam parados. Quanto a investimento substancial e estrutural na rede de transportes públicos, que permita o distanciamento entre passageiros, nas deslocações entre a periferia e o centro das cidades, nem uma palavra. Quem paga, com a sua saúde e rendimentos, serão os trabalhadores e trabalhadoras mais precários e mais pobres. Em vez de se financiarem os lucros das transportadoras privadas com recursos públicos, é necessário investir no reforço estrutural dos transportes públicos!

SALÁRIO MÍNIMO PARA TODOS OS QUE PERDERAM RENDIMENTOS OU EMPREGO!

Quanto ao novo apoio social, o mesmo não é de €502. Aquilo que está no OE2021 é que os beneficiários do apoio sejam compensados pela quebra de rendimentos, até estes atingirem €502, valor, refira-se, abaixo do salário mínimo nacional (SMN). Ou seja, este benefício limita-se a complementar o rendimento daqueles trabalhadores cujo valor está abaixo dos €502.

Se o SMN é já um valor de miséria, como qualificar este apoio que o Governo PS se prepara para distribuir? Já para não falar na bateria de condicionantes para lhe ter acesso. Precisamos de um SMN, durante 1 ano, para todos os que ficaram com rendimentos cortados ou sem emprego!

COMBATER A PANDEMIA

APOIO IMEDIATO, A FUNDO PERDIDO, ÀS MICRO E PME QUE CONSERVEM OS EMPREGOS AFECTADOS PELA PANDEMIA!

A nossa economia é composta por uma esmagadora maioria de micro e PME e estas estão a ser muito afectadas pela pandemia e pelas novas medidas de confinamento. Os grandes grupos económicos estão ligados, não raras vezes, a sectores essenciais que não pararam a sua actividade (banca, energia, distribuição, saúde, transportes, indústria, etc). Ainda assim, foi para a banca que já foram asseguradas mais umas centenas de milhões este ano. Para defender o emprego afectado pela pandemia, é preciso apoiar, a fundo perdido, as micro e PME, os empresários individuais, feirantes e os sócios-gerentes!

Como se não fosse suficiente, não haverá alterações à lei laboral, pelo que os despedimentos e a precariedade continuarão em crescendo e o layoff simplificado dará lugar a um novo programa através do qual os salários dos trabalhadores, com redução de horário a 100%, serão pagos a 80%, mas agora exclusivamente pela Segurança Social. Subtilmente, o Governo utilizará as reformas futuras dos trabalhadores para pagar os seus salários actuais.

SNS EM RUTURA

O Governo diz que o SNS ainda não entrou em rutura, mas os números contam outra história

Nos primeiros 6 meses de 2020

MORRERAM MAIS 6000 PESSOAS

Apenas 1/3 relacionado com a covid19

FICARAM POR REALIZAR

7 MILHÕES de contactos de saúde primários

1 MILHÃO de consultas

100 MIL cirurgias

COMBATER A PANDEMIA

Contratação imediata dos profissionais de saúde prometidos!

Mais transportes públicos!

Requisição dos hospitais privados, sem financiar os seus lucros!

**NÃO AO MEDO!
NÃO AO ESTADO POLICIAL!
NÃO AO ESTADO DE EMERGÊNCIA!**

Fim das injeções de dinheiro público na banca!

Em Março, aquando da primeira vaga, os portugueses resolveram confinar-se espontaneamente, ainda antes de o Governo decidir tomar algum tipo de medidas. Como referimos na altura, o Estado de Emergência e a imposição de recolhimento não se justificavam, pois já estavam a ser efetivamente feitos pelo povo. Foi precisamente esta antecipação do povo que permitiu que os números da nossa primeira vaga tivessem sido tão baixos. Já na altura, o Governo apenas se limitou a ir a reboque das circunstâncias e a recolher os louros.

Ora, com a actual segunda vaga o Governo não fez diferente. Pouco ou nada fez para preparar o que se sabia certo. A novidade é que a segunda vaga já incorpora o cansaço de meses de confinamento, mais ou menos apertado, e, mais importante, já é marcada pelas duras circunstâncias sociais e económicas que se foram instalando.

É evidente que um novo confinamento, semelhante ao de Março, traria dificuldades sociais e económicas acrescidas e imprevisíveis, sobretudo, entre os sectores sociais mais pobres e oprimidos. Para além disso, os efeitos do confinamento para a saúde mental têm-se vindo a revelar um problema social, ainda para mais num país em que a saúde mental é tão desprezada. Portanto, excluindo idosos com mais de 70 anos e grupos de risco, o confinamento total não é desejável nem aconselhável para ninguém.

Desta forma, exigia-se que o Governo tivesse preparado com antecedência a segunda vaga que se anuncia desde o início da pandemia. Isso exigia, sobretudo, investimento e contratação em serviços públicos. Exigia a sensibilização da população e empresas para criar as necessárias condições de distanciamento, saúde e segurança nas escolas, hospitais, transportes públicos e locais de trabalho.

Nada disso foi feito. Nos últimos meses, quem tem de ser hospitalizado tem de contar com a boa vontade dos seus profissionais. Quem tem filhos em idade escolar tem de contar com o acaso de não vir a ser infectado. Quem não tiver automóvel próprio tem de se sujeitar às condições que encontrar nos transportes públicos. O sinal que o Governo fez passar foi o de “salve-se quem puder”, recorrendo agora à restrição de direitos fundamentais para controlar o número exponencial de infeções que provocou.

É por esta contradição entre aquilo que o Governo diz e aquilo que o Governo faz que muitos se questionam: para quê o recolher obrigatório, entre as 23h e as 6h da manhã, precisamente na altura em que a maioria da população está a dormir? Ou o recolher obrigatório em metade do fim-de-semana? Que sentido faz restringir a circulação entre concelhos se todos os dias temos de os atravessar para ir trabalhar, em transportes que não conseguem assegurar o distanciamento? Que sentido faz não investir nos serviços públicos e disponibilizar agora os recursos públicos para contratar aos privados? Que sentido faz decretar um novo Estado de Emergência, restringindo direitos fundamentais, se não estão asseguradas as primárias condições de saúde, higiene e distanciamento?

Medidas autoritárias e repressivas não servem para evitar o contágio e as mortes pela COVID-19. Apenas servem para desencadear o medo e restringir direitos fundamentais.

O que precisamos é que o Governo se preocupe em sensibilizar e convencer as pessoas da importância do distanciamento e medidas de higiene e segurança. Precisamos que as empresas sejam obrigadas a cumprir com as medidas de distanciamento, higiene e segurança em vez de estarem preocupadas em encobrir os casos de trabalhadores infectados.

SMN para todos os prejudicados pela pandemia, durante 1 ano!

Apoio, a fundo perdido, às micro e PME que conservem os empregos!

Não ao Estado policial!

Não ao Estado de Emergência!

O GANG EMPRESARIAL DO CHEGA

O jornalista Miguel Carvalho, da Revista Visão, em Julho, (Visão nº 1429) fez uma importante investigação sobre os meandros do Chega. Nós escavámos mais um pouco e acrescentámos aqui ainda mais alguma informação sobre o gang de empresários que apoiam e financiam o Chega.

Entre os seus mais importantes apoiantes e financiadores, há um tronco comum: membros das elites deste país, empresários com um longo currículo de corrupção, dos mais variados sectores que, perante a crise da direita tradicional, procuram alternativas políticas que lhes permitam conservar e alargar os seus interesses económicos, financeiros e ideológicos.

Muitos deles são membros directos ou intimamente relacionados com as famílias “donas disto tudo”: Espírito Santo, Félix da Costa, Mirpuri, Moniz da Maia, Ortigão Costa, Bettencourt ou Barbot. A esmagadora maioria tem ligações ao universo BES.

Todos eles apresentam um currículo incontestável: envolvimento em múltiplos casos de justiça; duvidosas relações com o Estado e os sucessivos Governos PSD/CDS-PP e Governos PS, através de negócios e ajustes directos; ligações ao negócio do imobiliário de luxo, vistos gold e corrupção inerente; fortes ligações a paraísos fiscais e empresas offshore; fraude financeira e económica; evasão fiscal; negócios suspeitos e burlas variadas, com ligação ao mundo do futebol e das armas. O mais impressionante é continuarem à solta e o Estado manter relações económicas com estas figuras. Ninguém exclui esta escória dos negócios com o Estado?

O Chega não combate a corrupção. Isso é retórica para enganar o rebanho de seguidores. Os “donos disto tudo”, as elites portuguesas decadentes, corruptos, trafulhas e ladrões organizam-se em torno do Chega para monopolizar a corrupção em seu benefício.

Isto não é oposição ao pântano em que vivemos. O Chega e André Ventura são mais do mesmo!

joão maria bravo

Antigo apoiante do CDS-PP e de Paulo Portas. Nas legislativas de 2019, votou PSD. Dono da empresa Helibravo que, em Abril 2019, ganhou o concurso público dos meios aéreos de combate a incêndios, por 4 anos, por €57 milhões, através de informações falsas à Força Aérea. Omitiu que não tem os 30 helicópteros que a Proteção Civil precisa, pelo que iria recorrer à subcontratação da espanhola Pegasus e da italiana Elittelina, ambas a ser investigadas por pertencerem ao “cartel do fogo”, suspeitas de concertação de preços que terão lesado os estados espanhol e italiano em milhões de euros. Ainda assim, em Maio 2019, o Governo PS contrata 16 helicópteros à Helibravo, por ajuste directo, por um valor que a Força Aérea se recusa a divulgar.

Dono também da Sodarca, líder no fornecimento de armas, munições, tecnologia e equipamento militar ao Estado, Forças Armadas e de Segurança. Segundo a base de contratos públicos, desde 2009, assinou contratos com o Estado no valor de €2,3 milhões, dos quais 87% foi por ajuste directo.

LIGAÇÕES

Francisco Sá Nogueira, Gerente da área de turismo da Helibravo, foi vice-Presidente da Espírito Santo Viagens e da Net Viagens, empresas do antigo GES. É apoiante do Chega mas não comenta assuntos de natureza privada como o almoço com André Ventura em que esteve presente.

salvador posser de andrade

Empresário e dirigente Nacional do CHEGA. Passou pelo CDS e PND de Manuel Monteiro. Chegou ainda a apoiar a candidatura de Santana Lopes à Câmara de Lisboa, em 2009. É o facilitador que estabelece contactos entre o Chega e empresários e ideólogos da direita conservadora, nomeadamente, no luxuoso Hotel Palácio, no Estoril.

Dono da Coporgest do ramo do imobiliário de luxo, iniciou a atividade em 2004, contando, na altura, o CEO, Sérgio Ferreira, com 75% do capital e o Banco Espírito Santo Investimento (BESI) com os restantes 25%. Atualmente, CEO detém 95% do capital.

LIGAÇÕES

Marques Mendes, foi administrador não executivo da Coporgest durante 2 anos, entre 2012 e 2014, tendo sido noticiado que foi “apanhado nas escutas da operação labirinto, ao caso dos vistos gold, a falar com António Figueiredo [ex-presidente do Instituto de Registo e Notariado (IRN)] a pedir-lhe favores”, para desbloquear dois casos de vistos de residência.

José Maria Ricciardi, conhecido banqueiro da família Espírito Santo. Foi um dos membros da administração de Ricardo Salgado, à frente do antigo BES, que levou o banco à falência. Ricciardi é administrador não executivo da Coporgest.

Sérgio Ferreira, CEO da Coporgest. De 1989 a 1993, foi Consultor do Banco ESSI, mais tarde BES Investimento. De 1990 a 2004, foi Presidente do Conselho de Administração da MUNDINTER, SA, a convite do Grupo Espírito Santo. Em 2003, funda a Coporgest, em associação com o Grupo Espírito Santo.

FRANCISCO SÁ NOGUEIRA



LUÍS MARQUES MENDES

JOÃO MARIA BRAVO



CARLOS BARBOT



operação labirinto

fraude fiscal



MIGUEL FRASQUILHO

HÉLDER FRAGUEIRO ANTUNES



CyVolve
Cyber Evolved

NUNO MELO

hélder fragueiro antunes

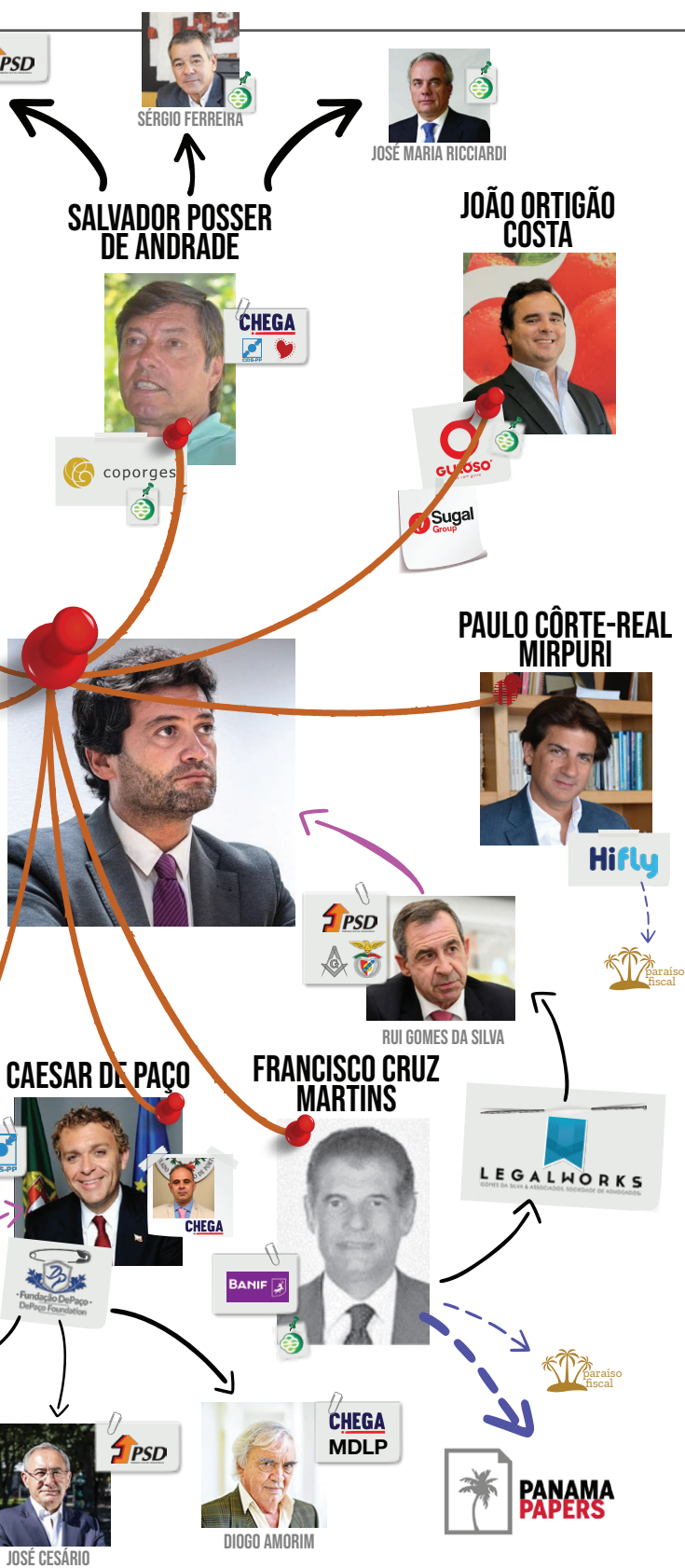
Hélder Antunes, ex-executivo da Cisco, é administrador e presidente da Cyvolve, empresa de cibersegurança. Radicado nos EUA é apoiante do Chega. Descendente de colonizadores flamengos do arquipélago dos Açores, no séc. XV, e da abastada família Bettencourt, que fugiu do país após a Revolução do 25 de Abril.

Nas últimas décadas, trabalhou com vários governos do PSD/CDS-PP, nas áreas da tecnologia e empreendedorismo.

LIGAÇÕES

Miguel Frاسquilho, é primo de Hélder, antigo quadro superior do BES sobre o qual recaem suspeitas de ter recebido €100 mil do saco azul do grupo financeiro, e actual administrador da TAP.

Ceaser de Paço, é amigo de infância e parceiro em vários negócios opacos.



joão ortigão e costa

Empresário e apoiante do Chega, dono do Grupo Sugal é o maior produtor português de concentrado de tomate e dono da marca Guloso. O grupo foi criado em 1957 por Luís Ortigão Costa, apadrinhado pelo seu abastado sogro Bernardo Moniz da Maia. Juntos chegaram a ser um dos maiores produtores de leite de Portugal e o maior rendeiro da Companhia das Lezírias.

O Sugal de João Ortigão Costa acabou, nas últimas semanas, de fechar um belo negócio com a compra do grupo Sousacamp, o famoso “rei dos cogumelos”, depois de terem sido perdoados a este grupo €54 milhões de créditos bancários, entre os quais se encontravam €25,4 milhões do Novo Banco, banco que tem sido sucessivamente injectado com dinheiros públicos para fazer face aos buracos e perdões financeiros. Esta foi mais uma venda a desconto feita pelo Novo Banco que distribui benefícios económicos entre banqueiros e empresários, com o patrocínio do Estado. O Sugal beneficia, assim, da compra de uma empresa cujas dívidas são atribuídas a todos nós, contribuintes líquidos do Novo Banco.

paulo côrte-real mirpuri

Empresário discreto apoiante do Chega, dono da Air Luxor, operadora de aviação de transporte executivo a jato, registada em dezembro de 1988 e que operou até 2006, altura em que foi declarada insolvente, deixando dívidas no valor de €86 milhões. Entre os credores contam-se muitos trabalhadores.

Esvaziamento intencional dos activos da antiga Air Luxor e de outras sociedades participadas, transferência de património entre a companhia aérea e empresas entretanto criadas no âmbito do Grupo Mirpuri e celebração de contratos prejudiciais para a transportadora. Estes são os principais indícios apontados pelo administrador de insolvência da Air Luxor, às administrações lideradas por Paulo Mirpuri, num parecer em que qualifica de culposa a insolvência da empresa, despachado favoravelmente pelo Ministério Público. Ainda antes da insolvência da Air Luxor, já Paulo Mirpuri tinha criado a HiFly.

Em 2004, o nome da Air Luxor esteve ainda envolvido no caso de seis portugueses, tripulantes de um avião fretado à Air Luxor, e dois venezuelanos que foram detidos durante uma operação em que foram apreendidos 386,4 kg de cocaína de alta pureza. O objetivo era que fosse enviada para Lisboa, dentro de 12 malas.

Dono da Hi Fly, operadora de aviação que terá uma subsidiária em Malta, um paraíso fiscal europeu, desde 2013, onde estarão registadas a maior parte das suas operações financeiras.

Apesar do desfecho da Air Luxor, em 2011, os Mirpuri conseguem negociar a construção de um hangar de manutenção no então futuro Aeroporto de Beja. As obras começaram em 2017. Em Junho de 2020, a Hi Fly é contratada pelo Estado para transportar material de combate à Covid-19, num ajuste directo de €95 mil.

Desde o começo da pandemia, a Hi Fly recorreu a despedimento de trabalhadores precários e, ao mesmo tempo, ao apoio público através do lay-off simplificado.

francisco cruz martins

Francisco Cruz Martins, conhecido advogado no meio dos negócios, apoiante do Chega, é presidente das imobiliárias Mocaça e Xaroco, pertencentes à Breteuil Strategy, sediada no Chipre, um dos mais importantes paraísos fiscais europeus. Francisco Cruz Martins é amplamente citado nos Panamá Papers por causa das suas ligações a sociedades offshore.

Em 2007, Francisco Cruz Martins foi designado administrador da Vale do Lobo, SGPS. Recordemos que este projecto imobiliário é parte do caso Operação Marquês que envolve a investigação de favorecimentos atribuídos pelo Governo Sócrates a uma série de empresários e banqueiros, envolvendo o universo BES, CGD, Grupo Lena, ex-PT, etc, em troca de pagamentos de milhões de euros.

Em 2009, o Estado angolano apresentou contra Francisco Cruz Martins uma queixa-crime na Procuradoria-Geral da República por burla. Em causa estava um processo de compra de ações do Banif nos anos 90. Angola terá financiado o advogado e dois empresários portugueses para avançarem como testas-de-ferro para a compra das ações. Porém, os portugueses terão, de facto, comprado um lote considerável de acções mas, posteriormente, tê-las-ão revendido a Horácio Roque, ex-presidente do banco.

LIGAÇÕES

Rui Gomes da Silva, Francisco Cruz Martins foi sócio da Legalworks, sociedade de advogados do ex-Ministro do Governo Santana Lopes, antigo vice-presidente do Benfica, membro da maçonaria e padrinho de casamento de André Ventura.

caesar de paço e josé lourenço

Caesar de Paço é um milionário açoriano radicado nos EUA, ex-cônsul honorário na Flórida e apoiante do Chega. Tem como homem de mão e testa de ferro José Lourenço, o seu “conselheiro jurídico internacional” que chegou a presidente da distrital do Porto do Chega depois de ter empurrado o anterior presidente, Jorge Pires, para fora do cargo.

Caesar de Paço diz ter feito fortuna através da sua empresa de comercialização de matérias primas para a indústria farmacêutica, veterinária e alimentar. Da actividade empresarial e diplomática de Caesar de Paço apenas se conhece o que o próprio permite que seja conhecido: pouco ou nada. Curiosamente, as autoridades americanas retiraram-lhe o privilégio de atravessar rapidamente as fronteiras dos EUA, com procedimentos mínimos de inspeção. Apesar de se dizer apartidário, sem ambições políticas e de afirmar que nunca terá financiado qualquer partido, há registos de donativos de Caesar de Paço, de €10 mil, ao CDS-PP, em Abril de 2019, ano em que a mulher do milionário encabeçou a lista deste partido pelo círculo Fora da Europa. Para além disso, sabe-se que financiou uma doação de equipamentos aos bombeiros de Carnaxide no âmbito de uma acção de promoção política do Chega.

José Lourenço é visado num processo-crime no Brasil, e encontra-se na lista negra da Autoridade Fiscal, em Portugal. É administrador na recente fundação DePaço, onde figuram, como consultores, o deputado europeu Nuno Melo (CDS-PP), o deputado e ex-secretário de estado das comunidades portuguesas José Cesário (PSD), o deputado Carlos Gonçalves (PSD), o ex-membro do movimento terrorista de extrema-direita MDLP Diogo Pacheco Amorim (Chega) e Vítor Miguel Silva (Presidente da Associação Portuguesa de Criminologia, associação onde De Paço é também consultor).

LIGAÇÕES

Nuno Melo, Diogo Pacheco Amorim, José Cesário

COMO DERROTAR A EXTREMA-DIREITA

COOPERAR, IGNORAR OU COMBATER?

por DANIEL PEREIRA



Os ventos da ascensão da extrema-direita no mundo chegaram com algum atraso a Portugal mas chegaram. Enquanto a corrente mais autoritária da direita parece retroceder internacionalmente, com as derrotas eleitorais de Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil, os proto-fascistas crescem aqui no burgo. As eleições nos Açores marcam bem essa tendência.

Após 45 anos, em que a revolução portuguesa impôs a marginalidade a estas forças contrarrevolucionárias burguesas, saem agora de todos os buracos personagens que a humanidade julgou ter colocado definitivamente no caixote do lixo. No entanto, em capitalismo, o fascismo nunca está totalmente afastado de ressurgir. Ao contrário do que os políticos e comentadores do sistema querem fazer crer, o fascismo e a autocracia são instrumentos que a burguesia continuará a usar, sempre e quando necessite, para aumentar a exploração.

A percepção do crescimento da extrema-direita em Portugal é mais clara desde há ano e meio quando o Chega participou pela primeira vez em eleições, no caso as europeias. Depois de um processo de legalização em que apresentou assinaturas falsificadas, de crianças e de mortos, ainda assim o Tribunal Constitucional (TC) foi complacente permitindo a simples substituição destas e sem analisar o programa racista, xenófobo e profascista do mesmo que segundo a Constituição não permitiria a legalização. Mais uma vez, percebe-se que o próprio TC faz mais política do que faz cumprir os princípios que se supõe ter de defender.

O Chega tornou-se uma organização chapéu para todo o espectro reaccionário, desde neonazis, passando por monárquicos até a religiosos ultraconservadores. Assim, ela não traz apenas uma reciclagem dos velhos fascistas bafientos do Estado

Novo, mas sim uma plataforma que permite dar visibilidade a todo o ranço histórico do racismo e colonialismo com capa moderna. Em Agosto de 2019, o movimento antifascista saiu à rua numa mobilização nacional contra a organização de um encontro internacional de neonazis num hotel de Lisboa. A grandeza dessa mobilização e a eleição, passado dois meses, do primeiro deputado profascista no pós 25 de Abril trouxeram para o debate político distintas formas de combater a extrema-direita.

PODER PELO PODER, DIREITA COOPERA COM A EXTREMA-DIREITA

Derrotada novamente pela Geringonça nas eleições, a direita tradicional, PSD e CDS, tentou inicialmente ignorar as eleições dos deputados do Chega e da Iniciativa Liberal, mas a realidade veio demonstrar que a tendência é o desaparecimento do CDS em favor do Chega e a impossibilidade de governar sem contar com os deputados deste. Assim, com a derrota do PS e da esquerda nos Açores, o PSD demorou apenas uns dias a deixar para trás os discursos de princípios e negações contra alianças com a extrema-direita e abraçou o poder de mão dada com ela. Rui Rio, que se elegeu a garantir que o seu partido era do centro, não de direita nem de esquerda, acabou a normalizar e a tornar legítima a integração do discurso xenófobo e racista na democracia actual.

O PSD abriu a cooperação como modo de lidar com o Chega, colocando-o como factor decisivo para alcançar o poder. O perigo que se abre é claramente a possibilidade de rapidamente os profascistas chegarem a posições de poder e de influência no Estado. Além de normalizar as organizações, as acções e as reuniões de todos os sectores neonazis e autocráticos que se alimentam atrás da cortina de fumo que é André Ventura.

Obviamente, não é grande surpresa esta coo-

peração de Rui Rio, mesmo que os intelectuais à direita tenham saído a criticá-lo. Por mais que se mantenha na penumbra, o fascismo nunca sai das alternativas que a direita postula como saída para momentos de crise. Não tivesse o PSD surgido e sido fundado pela ala liberal da Assembleia Nacional no tempo da ditadura.

Tal assim é, que não são só o PSD e Rui Rio que cooperam: Marcelo Rebelo de Sousa não hesitou, enquanto Presidente da República, um segundo em dar posse ao novo governo nos Açores. Diz ele, de forma hipócrita e confusa, que não pode deixar de lado um partido constitucionalmente reconhecido embora ache que não se lhe deva dar muita atenção. Ou seja, Marcelo acha que o PSD governar nos Açores com acordos políticos com a extrema-direita não é dar atenção a esta?

Não foi a cooperação que impediu Salazar de chegar ao poder.

IGNORAR CULTIVA A IGNORÂNCIA E ENFRAQUECE A ALTERNATIVA

O PS e a esquerda parlamentar, PCP e BE, correm no lodo, em terreno movediço e escorregadio. Alimentam a ideia de que ignorar a extrema-direita é a melhor forma de a derrotar e evitam o confronto deixando o palco para que ela se converta em oposição e em solução governativa.

O PS, por intermédio da sua deputada Isabel Moreira, disse que não se pode fazer mais que disputa política e que o deputado André Ventura não podia ser catalogado de fascista porque tinha sido legitimamente eleito, recusando lutar pela ilegalização do partido. É bonito ver a solidariedade entre colegas parlamentares como se fizessem parte de uma mesma profissão. Agora que o PSD se apoiou nele para formar governo nos Açores vêm a público indignados criticar Rui Rio por se aliar com xenófobos e racistas, ora se assim é não podem estar legalizados.

Defensores do parlamentarismo burguês crêem que este pode suportar o cancro do fascismo dentro dele, que o pode acomodar, dando liberdade política a quem quer retirar toda a liberdade. E até ensaiam uma possibilidade de contar com o apoio do Chega para manter as injeções na banca, veja-se o episódio do último orçamento de estado quando procurou André Ventura para não votar com o Bloco de Esquerda para uma nova parcela de milhões de euros para o Novo Banco. No final o que conta são os negócios.

Na verdade, além de não usar os meios constitucionais para barrar a extrema-direita, o Governo PS é aquele que tem mais responsabilidades no crescimento dela porque as suas políticas de sustentação dos lucros bancários, em colaboração com o capital europeu e mundial, estão a levar para o desespero centenas de milhares de pequenos empresários e trabalhadores, dando combustível à alternativa fascista.

Por outro lado, PCP e BE escondem-se e tentam ocultar o seu dilema ao saberem que, para evitar o crescimento da extrema-direita, teriam que se postular como verdadeira oposição e alternativa ao governo mas, presos à sua dinâmica de adaptação ao regime, preferem brincar com o fogo. Este posicionamento teve como cúmulo juntarem-se ao PS na proibição da deputada Joacine Katar Moreira poder intervir no plenário de comemoração do 25 de Abril e permitir que André Ventura o fizesse.

Assim, nos últimos meses, a única oposição ao governo foi a direita trauliteira e com isso ganhou vantagem nas sondagens face a estes partidos. PCP e BE não são vistos, especialmente pela pequena burguesia comercial, como uma alternativa política para dar voz aos seus problemas.

Ambos colocam a cabeça na areia à espera que a crise passe mas quando acordarem pode ser tarde demais.

COMBATER NA RUA A EXTREMA-DIREITA E AS POLÍTICAS DO GOVERNO

A política de ignorar é um crime político gravíssimo que a história já nos ensinou. BE e PCP não vão para a rua disputar com o Chega, pelo contrário boicotam, em nome de não querem demonstrar que se baixam ao nível deste. Numa atitude de completa fanfarronice e altivez, como se a luta dos trabalhadores vivesse de uma classificação de prestígio dos seus partidos, estes partidos dão de borla a rua e o espaço público à extrema-direita.

Mas, mais preocupante, é que não só deixam a rua livre à reacção como combatem a esquerda e o movimento antifascista e antirracista que lhe querem fazer frente e impedi-la de monopolizar o descontentamento e de se apresentar como alternativa credível.

O papel da esquerda parlamentar é múltiplamente pernicioso com a sua política de ignorar o avanço dos protofascistas: cultivam a inércia política para não se agir relativizando o problema como algo temporário e passageiro, apoiam as políticas do governo que os alimentam, desarmam uma alternativa ao governo e refreiam o movimento social que os combate.

E aos trabalhadores e à juventude não resta mais do que tomar as ruas e garantir a unidade para impedir a extrema-direita de ocupar o espaço público, defenderem-se dos ataques violentos dos neonazis, mobilizarem-se contra as políticas anti-operárias do governo e forjarem uma alternati-

O papel da esquerda parlamentar é múltiplamente pernicioso com a sua política de ignorar o avanço dos protofascistas: cultivam a inércia política para não se agir relativizando o problema como algo temporário e passageiro, apoiam as políticas do governo que os alimentam, desarmam uma alternativa ao governo e refreiam o movimento social que os combate.

va à esquerda.

Se o BE reflectiu sobre isso e, assustado, resolveu votar contra o orçamento de estado, só nos resta esperar que seja um passo estratégico e não meramente tático para as eleições presidenciais.

No que toca ao MAS, esteve e estará na linha da frente pela unidade antifascista e para isso contribuiu nos últimos meses. O movimento antirracista e antifascista provou que não é ignorando que se consegue fazer retroceder e colocar à defensiva a direcção autocrática, xenófoba, racista e vigarista do Chega!

PEQUENO BALANÇO DA LUTA ANTIFASCISTA E ANTIRRACISTA DOS ÚLTIMOS MESES

O assassinato de George Floyd levantou o movimento popular antirracista e antifascista nos Estados Unidos e espalhou-se pelo mundo. Portugal não ficou atrás. Com uma manifestação rotineira marcada para 6 de Junho, pelos movimentos sociais dirigidos pelo BE, esta foi desbordada pela presença de juventude em massa no país inteiro com uma mobilização grande em Lisboa. Aqui se iniciou uma disputa dentro do movimento que reflectia o posicionamento dos partidos parlamentares por não quererem empreender mobilizações que confrontassem a extrema-direita e as políticas do governo. Neste caso impediram que a mobilização finalizasse diante da embaixada dos EUA, tornando Lisboa a única capital europeia que não o fez. O movimento teve que enfrentar este posicionamento da forma mais bárbara com ataques, calúnias e desconsiderações aos activistas e or-

ganizações que queriam combater e enfrentar os protofascistas na rua. O reformismo mostrava a sua faceta mais degradante.

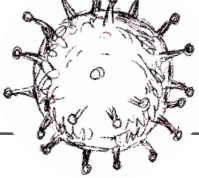
Nas semanas seguintes enfrentaram-se estas duas linhas, os que queriam lutar e os que queriam boicotar a luta. Nos segundos encontravam-se os recém criados, pelo BE, colectivos antirracistas que convocam concentrações, em Julho, à frente do parlamento e desconvoam no dia anterior, não vá o movimento exigir à esquerda parlamentar que faça algo. A partir daqui outros colectivos satélites do BE não voltam a participar em qualquer mobilização, combatendo ou boicotando as dos outros.

Faltam à mobilização nacional anti-fascista de 25 de Julho e falham na mobilização contra as ameaças dos neonazis a activistas e deputadas, a 16 de Agosto, numa atitude lamentável de divisionismo. Em cada uma daquelas mobilizações a extrema-direita ficou à defensiva.

Finalmente, quando parecia que se juntariam, depois de semanas a tentar confluir ambas as linhas para uma acção conjunta contra o congresso do Chega em Évora, voltam a retirar-se, e agora junto com o PCP, boicotam o chamado para impedir que André Ventura fizesse da capital alentejana uma alavanca mediática. Foram consequentes com a política de ignorar mas completamente inconsequentes na luta contra a extrema-direita. Foram bem mais consequentes no boicote e no ataque a activistas e colectivos do que em agir.

Évora Antifascista foi uma vitória. O movimento antifascista não permitiu o golpe de efeito de André Ventura e o congresso do Chega começou sem o ânimo desejado.

A prática deixou claro que a saída para derrotar os reacçãoários é a unidade para lutar e não para ignorar. A Frente Unitária Antifascista foi a plataforma que se colocou na luta pela luta e tinha razão.



NA PANDEMIA ATACAM O SINDICALISMO COMBATIVO

por JOÃO PASCOAL



A situação pandémica e as medidas tomadas pelo Governo PS e Presidente da República para decretar o “Estado de Emergência”, que limitou a aplicação da contratação coletiva e aplicação de alguma legislação laboral, foram articuladas com grandes ataques patronais aos direitos dos trabalhadores e à actividade sindical.

No caso dos Estivadores, organizados no SEAL, e que já vinham num processo de luta pela exigência do cumprimento dos acordos de 2018, a articulação do Governo com os patrões foi evidente.

Os acordos de 2018, quer a nível salarial quer a nível de limitação da não utilização de trabalho precário fora da ETPL (Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa), deixaram de ser cumpridos pelas empresas de Lisboa, com particular destaque para o Grupo Ylport, que domina o porto de Lisboa. Depois de vários meses sem receber os devidos pagamentos salariais, os estivadores de Lisboa entraram em greve a meio de Fevereiro e, em véspera de decretar o “Estado de Emergência”, a 14 de Março, o Governo lança a Requisição Civil sobre a greve dos estivadores. Em simultâneo, os patrões do porto de Lisboa despedem (ilegalmente) metade dos estivadores e impedem que eles cumpram os serviços mínimos a que o Governo os obrigava. À outra metade (não despedidos), os patrões escudam-se na Requisição Civil para os obrigar a trabalhar ainda mais, mas sem receberem o salário devido e instauram processos disciplinares, supostamente por eles não cumprirem toda a carga horária que estava a ser imposta.

O Governo PS, em vez de fazer cumprir as leis e identificar o “lock-out” que estava a ser feito pelas empresas, propagandeou que os estivadores

não estavam a cumprir a Requisição Civil... A partir daqui, foi um descalabro de ilegalidades, os patrões apresentaram a falência da ETPL (depois de já terem a operar duas empresas criadas por eles em desrespeito dos Acordos tripartidos Sindicato-Governo-Patrões) e com isso justificaram o “despedimento” de todos os estivadores inscritos.

Em tempos de pandemia e estados de emergência, com dificuldades para mobilizações presenciais e sem solidariedade activa da maioria do movimento sindical português, só a solidariedade internacional dos sindicatos da IDC (Conselho Internacional dos Estivadores) tem valido aos estivadores de Lisboa, em especial, aos 150 “despedidos”, sem subsídios de desemprego, no limbo de uma falência fraudulenta que demora em ser resolvida nos tribunais e na necessária condenação dos patrões que participaram nesse delapidar das contas da ETPL.

Lamentavelmente, nem a esquerda parlamentar, nem a CGTP, passaram das declarações de solidariedade aos actos necessários a uma solidariedade real com estes estivadores, quer mobilizando o movimento sindical numa acção pública de protesto contra este grave ataque a um setor de trabalhadores que tem mostrado grande resistência e luta contra a precariedade, quer promovendo uma solidariedade material como estão a fazer os estivadores de outros países.

Talvez a combatividade e participação democrática que tem existido na acção sindical deste setor, destacando-o como um exemplo no movimento sindical, sejam elas mesmo o motivo para que outros setores do sindicalismo “instalado” tentem “esquecer” esta situação e assobiar para o lado.

Sabendo que não é no terreno dos tribunais que se vai ganhar a luta e consolidar a necessária vitória, o sindicalismo combativo e alternativo tem

o dever de continuar a participar na solidariedade activa aos estivadores e, com eles, coordenar as necessárias respostas aos patrões da estiva e aos amigos que eles têm no Governo.

Ataque aos estivadores foi início

A situação de pandemia, estados de emergência e as medidas restritivas dos confinamentos gerais nunca existiram ou afetaram a linha da frente dos sectores laborais que sempre trabalharam como se nada se passasse, sejam eles as fábricas ou as agências bancárias, para além dos setores considerados essenciais como a saúde e a distribuição de bens de consumo, as comunicações, as limpezas ou os transportes.

Contudo, à sombra desta ‘pandemia’, os patrões alteraram e anularam inúmeros direitos dos trabalhadores, desde os remuneratórios, aos horários, à extinção de postos de trabalho, aos direitos de organização sindical e de reunião dos trabalhadores.

Foi também neste período que subiu de intensidade a repressão sobre os ativistas sindicais que mais se destacam na defesa dos trabalhadores. Nos call-centers, nos aeroportos, na banca, nas fábricas, as restrições impostas à organização e acção dos representantes dos trabalhadores foram um mero argumento para um objectivo de dificultar a acção do sindicalismo combativo.

Um exemplo elucidativo destes tempos de ‘confinamentos’ foi o ataque ao Sindicato dos Motoristas das Matérias Perigosas (SNMMP). Numa decisão inédita desde o 25 de Abril de 1974, um tribunal decide extinguir um sindicato que se encontra em pleno funcionamento.

Todos recordamos a grande luta dos motoristas das matérias perigosas, realizada em Agosto de 2019, e muito reprimida pelo Governo

TRIBUNAL ORDENA RANDSTAD A REINTEGRAR DIRIGENTE SINDICAL



Em Julho de 2019, a empresa de trabalho temporário Randstad iniciou um processo de perseguição e afastamento de toda a estrutura sindical do Sindicato de Trabalhadores de Call-Center (STCC), na Concentrix, em Braga.

A Randstad começou por abrir processos disciplinares a 2 dirigentes e 2 delegados sindicais, tendo despedido um dos dirigentes por justa causa, em Janeiro, sob falso pretexto. Após este despedimento, a Randstad continuou a perseguir os outros 3 representantes sindicais com vista ao seu despedimento, tendo transferido 2, contra a sua vontade, para empresas em Lisboa, em regime de teletrabalho, e suspenso 1 dos delegados sindicais sem qualquer justificação.

Depois de vários meses de luta, com greve na empresa, manifestação em frente à sede nacional da Randstad e do pedido de anulação do despedimento em tribunal, em Julho de 2020, saiu uma sentença favorável ao trabalhador e dirigente sindical despedido. A Randstad foi judicialmente obrigada a reintegrá-lo e a pagar-lhe os salários em falta, sendo que as situações dos restantes 3 trabalhadores e representantes sindicais ainda se encontram a ser contestadas.

A actuação da Randstad, sob a pressão da Concentrix, multinacional americana, tendo-se dado depois de uma primeira greve na empresa, teve claramente zenha persecutória do trabalho e representação sindical.

A Randstad é já uma velha conhecida de qualquer pessoa que tenha passado pelo mundo dos call-centers, mas quem é esta empresa Concentrix? É uma das maiores companhias de outsourcing mundial e tem um percurso bastante questionável. Por exemplo, as suspeitas de fraude associadas a créditos fiscais que foram concedidos à Concentrix, no Reino Unido, créditos esses que servem para complementar os salários de trabalhadores com baixos rendimentos.

Apesar da vitória que constitui a sentença favorável ao dirigente sindical do STCC, a perseguição continua. A Randstad não está a cumprir completamente a sentença judicial, pois não o reintegrou no mesmo estabelecimento, esteve quase 3 meses sem dizer nada e sem pagar os salários devidos desde Janeiro de 2020 e agora pretende colocá-lo em teletrabalho num call-center diferente. Além disso, o delegado sindical suspenso foi recentemente despedido e está a lutar, agora, também pela sua reintegração.

Este caso demonstra bem a forma como estas multinacionais lidam com os trabalhadores e com as suas estruturas representativas, assim como o total desrespeito que têm pela lei nacional. Por outro lado, fica igualmente evidente que o sindicalismo alternativo, democrático, combativo e assente nos interesses dos próprios trabalhadores, ao enfrentar as empresas, apesar da desproporcional relação de forças, consegue vitórias.

PS, utilizando o exército e as forças policiais para furar a greve e chegando ao cúmulo de fazer uma 'Requisição Civil' para o trabalho extraordinário. A combatividade e funcionamento democrático em plenários fez desta luta dirigida pelo SNMMP uma referência no movimento sindical. Lamentavelmente, os sindicatos da CGTP que também intervinham no setor tiveram um nefasto papel de fura-greves e de desmobilizador da luta com a assinatura de um Acordo Coletivo aquém do reivindicado pelos motoristas em luta e que estavam a ser duramente reprimidos pelo Governo e pelos patrões. Desmobilizada a luta, parcialmente derrotada, chegaram as atitudes repressoras dos patrões com processos disciplinares e despedimentos dos ativistas da luta.

Foi neste quadro de retrocesso que chegou a fase da 'pandemia' e nela a decisão judicial tão do agrado da 'vingança' de um Governo que teve de utilizar todo o aparelho de Estado para conseguir derrotar umas poucas centenas de trabalhadores.

Numa situação de difícil mobilização dos trabalhadores, mais do que noutras ocasiões é necessária a solidariedade de todos os sindicatos e estruturas dos trabalhadores e uma luta real contra este enorme ataque ao sindicalismo. Mais uma vez, o silêncio ensurdecedor da maioria do movimento sindical e das centrais sindicais face ao SNMMP e à tentativa de o extinguir, é esclarecedor do muito que temos de mudar no sindicalismo em Portugal.

Aos ativistas e sindicatos democráticos e combativos cabe a responsabilidade de conseguirmos de forma unida erguer uma alternativa para defender os sindicalistas atacados e construirmos a resistência perante uma gigantesca crise e desemprego que se avizinham nos próximos meses e no ano de 2021.

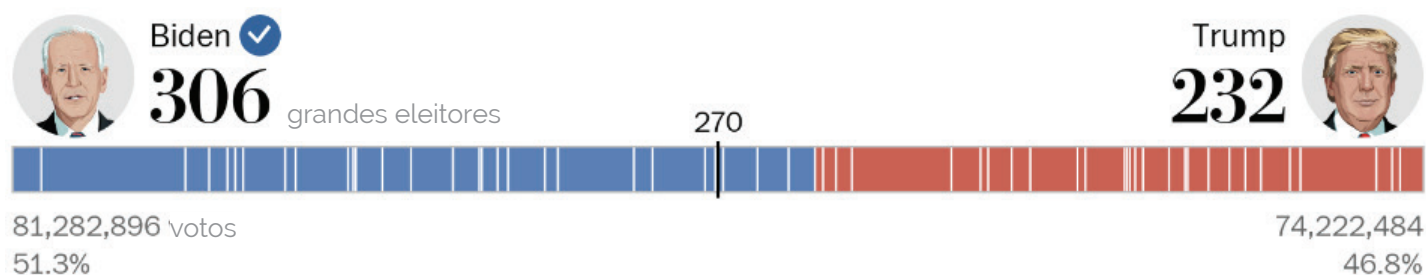
TRUMP FOI ELEITORALMENTE DERROTADO, E AGORA?

por DANIEL PEREIRA

Quando, há quatro anos atrás, o mundo acordou surpreendido com a vitória de Donald Trump, na eleição presidencial dos EUA, os alarmes soaram nas profundezas das massas populares norte-americanas. Não era apenas mais um grupo de falcões que chegava à cúpula da maior potência imperialista mundial, era a normalização e institucionalização da ideologia burguesa da agressão, da hiper-exploração, do ódio, da discriminação, da falsidade e da pseudociência.

A extrema-direita ganhava com essa eleição, à frente do principal poder político e militar do planeta, uma alavanca para o seu projecto político, a nível mundial. Cresceram os partidos de extrema-direita por todo lado e chegaram a muitos lugares de poder por este mundo fora.

Mas se o cenário parecia indiciar um largo período de trevas, as massas não ficaram apenas a assistir.



AS MULHERES INICIARAM A RESISTÊNCIA

Logo no dia a seguir à tomada de posse de Trump, 20 de Janeiro de 2017, elas, as mulheres, saíram em força para tomar as ruas dos EUA. A marcha de mulheres desse dia marcou a resistência que a Administração trumpista iria ter de suportar durante todo o seu mandato. Essa marcha conseguiu colocar o movimento de massas na rua para enfrentar o projecto autoritário e autocrático da burguesia trumpista.

À interdição de entrada nos EUA, imposta a cidadãos de vários países de maioria muçulmana; à construção do muro na fronteira com o México; à normalização do machismo; ao apoio aos supremacistas brancos e à contínua agressão racista; à saída do, já de si insuficiente, Acordo de Paris no combate às alterações climáticas; à diminuição dos impostos sobre os mais ricos; à indução de falsidades científicas; às tentativas de golpe na América Latina; à tentativa de imposição dos interesses norte-americanos no Médio-Oriente e Norte de África; à tentativa de destruição do ex-íquo Obamacare para a saúde; à exaltação nacionalista por todo o mundo; à recuperação da tortura

como método de combate legítimo; etc, etc, etc, as massas resistiram e resistiram à altura, obrigando Trump a retroceder ou estagnar na larga maioria desses projectos.

O movimento feminista iniciou a luta e ergueu uma forte barreira às ideias rançosas do capitalismo que quer a mulher como dona de casa, abnegada e submissa. E sempre acompanhada por um movimento pelos direitos dos imigrantes contra a xenofobia e o racismo.

Ainda em Agosto de 2017, dá-se um cortejo nacionalista e supremacista branco, em Charlottesville, que faz juntar o movimento dos imigrantes ao Black Lives Matter para enfrentar aqueles sectores retrógrados, directamente na rua. Não haverá acção destas, patrocinada por Trump, que não tenha resposta de vários sectores populares.

Tendo a luta feminista como a vanguarda da resistência na primeira metade do seu mandato, o partido Republicano sofre uma pesada derrota eleitoral na eleição para o Congresso, e, em especial, é eleita a maior proporção de mulheres de sempre.

AS GREVE CLIMÁTICAS MUNDIAS DE ESTUDANTES E OPERÁRIOS SEGUIRAM O COMBATE

A meio do mandato de Trump, irrompe uma grande luta mundial para o combate às alterações climáticas. Trump lidera o movimento negacionista mundial, em defesa dos lucros dos grandes grupos ligados à exploração dos combustíveis fósseis, colocando o mundo à beira de um desastre ambiental. A “pequena-grande” adolescente sueca Greta Thunberg salta para a ribalta como figura que enfrenta o todo poderoso Tio Sam e o mundo vive um ano de mobilizações gigantescas pelo clima. Embora Trump saia do consenso mundial em torno do clima, ninguém o acompanha. A luta contra os interesses económicos das grandes indústrias mundiais de combustíveis fósseis continua, mas Trump não lhes garantiu a vitória que desejavam.

A par destes movimentos populares e de juventude por direitos cívicos e ambientais, também no campo da economia, a classe trabalhadora começa a mover-se. Professores e estudantes manifestam-se contra os sucessivos cortes no

A adaptação parlamentar e eleitoralista da esquerda aos regimes e a falta de coragem política em assumir um projecto de ruptura com o capitalismo deixa órfãos todos os movimentos que se têm levantado em massa.

orçamento da Educação, enquanto os operários da General Motors, pertencentes à base operária branca que havia votado em Trump, entram em greve, em meados de 2019, contra a política do presidente. Foi a maior greve na GM, desde há 40 anos, e o número total de trabalhadores em greve de todos os sectores não atingia um número tão elevado desde a mesma altura.

O MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER DEU O EMPURRÃO FINAL

No mundo, Trump não impediu o relativo enfraquecimento do domínio imperialista norte-americano, mas, essencialmente, não conseguiu nem invadir nem retirar Maduro do poder na Venezuela, assim como fracassou no golpe de estado na Bolívia. Em ambos os casos, mais uma vez o movimento de massas esteve à altura. E ainda viu abrir-se uma situação revolucionária no Chile que, para já, derrotou a Constituição neoliberal do tempo de Pinochet.

Se, na maioria destes casos, Trump era obrigado a recuar ou a ficar a meio caminho do seu projecto, ele não deixou de saber capitalizar a reação contra aquela resistência popular. Quer dizer, soube sempre manter a sua base de apoio também mobilizada. Com a chegada da pandemia, tudo começa a mudar de figura. A ideologia negacionista e conspiracionista em relação ao vírus faz com que Trump tenha menosprezado o impacto geral na saúde da população. A condução política foi desastrosa e conduziu a tensão social a um ponto extremo, onde se incluiu um novo aumento das desigualdades, do desemprego, da pobreza e da morte. O assassinato racista de George Floyd pela polícia foi o gatilho que fez explodir esta bomba social. Nunca os EUA tinham observado mobilizações daquele calibre e extensão. Fizeram recuar Trump em todas as suas tentativas de contra-ataque e possibilitaram a mobilização eleitoral para o derrotar nas urnas, no passado dia 3 de Novembro.

A DERROTA ELEITORAL DE TRUMP E A SUBJUGAÇÃO DA ESQUERDA AO REGIME

Infelizmente, todo este movimento de luta não deu origem a uma nova organização política que lhe permitisse deixar de ser refém da política do Partido Democrata. Com Bernie Sanders e Ocasio-Cortez a não quererem liderar esse processo, nem o movimento encontrou quem direccionasse a força para o derrube de Trump, através da rua, nem surgiram outras lideranças capazes de o fazer. A classe trabalhadora, a juventude e a massa urbana radicalizada foram, assim, obriga-

das a usar o voto num Biden, em quem poucos confiam, para derrotar eleitoralmente o Trump e a extrema-direita. Cerca de 58% dos votantes em Biden dizem ter utilizado o voto nele apenas para



derrotar Trump. A maioria não votou em apoio a Biden antes usou a única arma disponível, neste momento, para retirar Trump da Casa Branca.

Ainda assim, embora Biden ganhe por uma larga margem no voto popular, de mais de 5 milhões de votos, a vitória deu-se num registo de votação que não acontecia desde 1908 e onde Trump consegue mais 10 milhões de votos do que há 4 anos.

Os resultados evidenciam a situação polarizada na luta por saídas para a crise económica, social e sanitária instalada no mundo, pelo capitalismo, desde 2008.

Os capitalistas moderados sentem-se, hoje, um pouco mais confortáveis com a vitória de Biden e tentam manter a conciliação com os trabalhadores na situação mais estável possível, garantindo os seus lucros. Perante a crise que atravessamos, não será fácil manter a estabilidade. Trump e a sua armada de extrema-direita mundial representa um sector da burguesia que já não consegue satisfazer as suas expectativas de lucro através da “cenoura”. Então ameaçam fazer funcionar o “pau”, no sentido de soluções autocráticas e autoritárias, apoiando-se nos sectores da pequena-burguesia, nomeadamente pequenos e médios empresários, desesperados diante da crise. Estes empresários procuram solução nos mesmos que lhes impuseram o caos. Mas também os pobres vêem nas mentiras e alarvidades científicas uma saída quase religiosa para o desespero em que caíram.

No outro lado, as massas trabalhadoras, sem uma direcção política independente dos Democratas, vai tentando na rua, e com algum sucesso, a obtenção de conquistas ou a defesa aos ataques sobre os seus direitos.

A verdade é que as massas têm demonstrado muita resiliência, contundência e força na resistência e no combate ao liberalismo económico e ao autoritarismo político, mas partidos à esquerda ou lideranças como Sanders e Ocasio-Cortez não têm sido capazes de estar no mesmo patamar. A adaptação parlamentar e eleitoralista aos regimes e a falta de coragem política em assumir um projecto de ruptura com o capitalismo deixa órfãos todos estes movimentos que se têm levantado.

Tal como em muitos outros países, Bernie Sanders já anunciou a intenção de participar no governo de Biden e Ocasio-Cortez, por sua vez, já afirmou o seu apoio parlamentar às reformas progressivas. Ou seja, também nos EUA assistiremos a “geringonças” que colocarão o trumpismo como a única oposição a Biden. Não nos esqueçamos: foi precisamente a Administração à qual também Biden pertencia que, pelas suas políticas, nos trouxe até Trump.

E se aqueles projectos de esquerda moderada não conseguem romper o status quo do Partido Democrata, a esquerda revolucionária não consegue resolver a crise em que está mergulhada há décadas.

POR UM PARTIDO DOS TRABALHADORES NORTE-AMERICANOS

Então, enquanto assistimos ao enfiar da direcção de esquerda no jugo parlamentar e governamental de Biden, Trump aproveita o que resta nos seus dias de Casa Branca para dar o toque a rebate às suas massas. Trump quer sair com as suas tropas mobilizadas para os próximos 4 anos, nem que para isso se invente a narrativa de umas eleições perdidas por fraude, pois foram as falsas narrativas que mantiveram a possibilidade de disputar a presidência até ao último momento. E serão as falsas narrativas que o mobilizarão como única oposição se as esquerdas não lograrem e não se entusiasmarem pelo agrupamento de um grande partido de esquerda independente dos Democratas e dos Republicanos, que tenha como leitmotiv inicial um Green New Deal (programa verde de desenvolvimento), verdadeiramente ecológico, e um Medicare For All (serviço de saúde público), verdadeiramente universal.

Para que tal aconteça, nada melhor que começar a questionar o sistema capitalista em que vivemos.

25 DE NOVEMBRO DE 1975

REQUIEM POR UMA REVOLUÇÃO

A “revolução dos cravos” começou em 25 de abril de 1974, com a maré humana que invadiu as ruas. A contra-revolução também começou exactamente nesse dia, com o MFA a mandar o povo para casa e a chamar o general António de Spínola para a presidência. Mas o povo não obedeceu à ordem de recolher e Spínola ficou na presidência sem poder dar todas as ordens que queria. Só um ano e meio depois a contra-revolução conseguiu impor-se. E para isso precisou de outras caras e de uma receita muito diferente.

por ANTÓNIO LOUÇÃ

O GOLPISMO DE SPÍNOLA, IMPOTENTE CONTRA O PODER POPULAR

Assim, Spínola teve logo de aceitar contra vontade a dissolução da PIDE, a libertação de todos os presos políticos e a prioridade “descolonizadora” que constituía compromisso do MFA. Em Julho, quis fazer plebiscitar uma lei constitucional e um presidente – ele próprio. Fracassou novamente: deixou cair o primeiro-ministro Palma Carlos, conluiado com o golpe, e em seu lugar teve de aceitar Vasco Gonçalves, indicado pelo MFA. Em Setembro, tentou o golpe da “maioria silenciosa”, envolvendo a vinda a Lisboa de manifestantes armados e a prisão de Vasco Gonçalves. Voltou a falhar e perdeu a presidência. Finalmente, em Março, tentou ainda um golpe, começando pelo bombardeamento e cerco do Ralis. Falhou novamente e teve de fugir para o exílio.

Entretanto, de Abril de 1974 a Março de 1975, a face do processo revolucionário tinha mudado radicalmente. A euforia unitária do 25 de Abril tinha dado lugar a uma divisão de águas cada vez mais clara.

Os povos africanos queriam a independência. Os soldados recusavam-se a embarcar para as colónias ou, estando lá, queriam regressar. Os trabalhadores reivindicavam os salários que o fascismo sempre os impedira de reivindicar.

Do outro lado da barricada, os patrões reagiam à nova situação com o despeito de quem nunca fora contrariado e agora passou a ser. Os industriais, com frequência, recorriam ao lock out ou fugiam com os capitais que pudessem levar. Os latifundiários deixavam as colheitas a apodrecer para não terem de pagar os novos salários em vigor para o trabalho agrícola.

Os trabalhadores, por sua vez, reagiam à reacção patronal. Para impedirem a fuga de capitais, elegiam comissões que controlassem a gestão. Por vezes, optavam pela autogestão para manterem em funcionamento empresas abandonadas. Perante colheitas pendentes, ocupavam as terras. A dualidade de poderes alastrava por todo o país e o poder popular organizava-se. Surgiam comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados.

À contra-revolução, não podiam bastar-lhe as reacções viscerais de patrões em pânico, nem

a brutalidade golpista de militares de cavalaria. Quando o novo embaixador dos EUA, Frank Carlucci, chegou a Lisboa em Janeiro de 1975, rapidamente percebeu que a receita de Pinochet não servia para a situação portuguesa.

Os sucessivos fracassos de Spínola tinham provado a inviabilidade de um Pinochet português. Mais cara do que todos os fracassos anteriores, a desastrosa tentativa golpista do 11 de Março custou à burguesia a nacionalização dos bancos, dos seguros e da grande indústria.

A contra-revolução tinha absolutamente de dismantelar o duplo poder e os seus órgãos – em primeiro lugar nos quartéis. Mas continuar a procurar esse dismantelamento pela via golpista equivalia a regar o fogo com gasolina, como o 11 de Março viera provar.

O ELEITORALISMO DE MÁRIO SOARES AO SERVIÇO DA CONTRA-REVOLUÇÃO

A maioria pequeno-burguesa do MFA encontrava-se sob o impacto do poder popular e Carlucci foi o primeiro a entender que só era possível obrigá-la a optar decididamente pela contra-revo-

lução questionando a legitimidade do poder popular em nome do sufrágio universal. Depois de gizar esta estratégia, Carlucci ganhou para ela Mário Soares, que em breve se tornou a sua face mais visível e histriónica.

O caminho do 11 de Março ao 25 de Novembro tinha de passar por uma Assembleia Constituinte de maioria burguesa. Logo que a Constituinte ficou eleita, em Abril, lançou-se a campanha por um governo representativo da sua maioria. A campanha agitou, por um lado, o tema da liberdade de imprensa – casos República e Rádio Renascença. Mas, por outro lado, foi uma escalada de violência que conduziu o país à beira da guerra civil.

Durante o “Verão quente” de 1975, foram assaltadas inúmeras sedes de partidos de esquerda e esses partidos ficaram virtualmente remetidos à clandestinidade em vastas zonas do país. Dentro das Forças Armadas, o Conselho da Revolução (CR) meteu ombros à recomposição da hierarquia militar. E dentro do CR rapidamente ganhou uma posição maioritária o grupo conspirativo constituído em torno do “Documento dos Nove”.

A recomposição da hierarquia foi-se realizando em marchas forçadas. Os soldados mais politizados viram-se em muitos casos forçados a actuar clandestinamente, no âmbito dos SUV. Figuras destacadas da esquerda militar começaram a ser metodicamente saneadas. Corvacho, que se destacara no desmantelamento de uma organização terrorista de direita, foi afastado da Região Militar do Norte. Varela Gomes foi afastado da 5ª Divisão e esta acabou invadida pelos comandos de Jaime Neves. Boa parte da esquerda militar foi impedida de entrar na Assembleia do MFA em Tancos. Enfim, Vasco Gonçalves foi substituído à frente do Governo pelo almirante Pinheiro de Azevedo.

Tal como fuzileiros, paraquedistas e Ralis, também o Copcon e Otelo iam ficar para o ajuste de contas final. O “Grupo dos Nove” contava ainda usar Otelo enquanto instrumento. Em Novembro, o CR decidiu-se a substituir Otelo por Vasco Lourenço à frente da Região Militar de Lisboa e com isso contribuiu para precipitar o 25 de Novembro.

É certo que a campanha da social-democracia e da direita militar não conduziu linearmente das eleições de Abril ao 25 de Novembro. Pelo caminho, deparou-se também com resistências inesperadas, como o cerco à Assembleia Constituinte por parte dos operários da construção civil – que, no entanto, não correspondia a nenhuma estratégia de afirmar um verdadeiro poder popular, capaz de governar o país.

UMA INICIATIVA REVOLUCIONÁRIA SEM ESTRATÉGIA MAS COM EFEITO DE SURPRESA

Outro imprevisto, enfim, foi a revolta dos paraquedistas. Os mesmos que no 11 de Março foram enganados pelos seus oficiais para atacarem o Ralis, voltaram a sê-lo em Outubro para destruírem os emissores da Rádio Renascença. Inesperadamente para a hierarquia, que sempre

contara com a sua obediência cega, os paraquedistas começaram a contestar abertamente a manipulação. Em resposta, quase todos os oficiais – 123 – desertaram de Tancos e apresentaram-se no Estado Maior da Força Aérea. O chefe da arma imediatamente iniciou o processo de dissolução da tropa especial que ficara praticamente entregue a si própria.

Os paraquedistas não se resignaram a essa derrota sem combate. Olharam o contexto político, e viram uma esquerda militar que parecia disposta a resistir perante a destituição de Otelo. Conceberam então a ideia de ocupar as bases da Força Aérea para forçar a demissão do seu chefe, general Moraes da Silva, e à recomposição do CR. Otelo, entusiasmado com o apoio dos paraquedistas, já se via a montar o cavalo branco do poder.

Varela Gomes, mais céptico sobre a determinação combativa da esquerda militar, advertiu ainda os paraquedistas contra essa iniciativa. Ao receber dos paraquedistas a resposta de que a operação era já imparável, Varela Gomes colocou-se ao seu lado sem ambiguidades. Curiosamente, durante as primeiras horas a ocupação das bases foi um êxito que desequilibrou a balança de forças a favor da esquerda e que trouxe para a rua milhares

A contra-revolução tinha absolutamente de desmantelar o duplo poder e os seus órgãos – em primeiro lugar nos quartéis.

de trabalhadores, na expectativa de uma palavra de ordem para defender a revolução.

Os principais dirigentes do PS fugiram para o Norte, em parte numa reacção de pânico, mas em parte também com a determinação inflexível de marchar sobre Lisboa, de que Mário Soares viria a vangloriar-se mais tarde. Davam assim o primeiro passo para a guerra civil com o apoio já apalavrado das potências da NATO. Tal como Spínola se precipitara em Março ao mandar bombardear o Ralis, o PS precipitou-se também em Novembro ao traçar o cenário da “Comuna de Lisboa”, atacada a partir do Norte.

A CONTRA-REVOLUÇÃO E OS SEUS CAVALOS DE TRÓIA

Quem manteve a cabeça fria e permaneceu na capital a tecer a teia contra-revolucionária foi o presidente da República, general Costa Gomes. Como tal, no momento decisivo em que Soares recaía no método spinolista, foi Costa Gomes

quem ficou como verdadeiro agente da estratégia de Carlucci. Melhor do que ninguém, o velho guerreiro colonial conhecia os pontos fracos do adversário.

Costa Gomes sabia que as massas na rua podiam ser enviadas para casa pelo PCP e pela Intersindical. Mandou então dar a Álvaro Cunhal todas as garantias que ele queria ouvir sobre o futuro do partido – algo que, aliás, o fiador das promessas, Melo Antunes, depois se empenhou em cumprir. Em breve o PCP mandou de volta para casa os trabalhadores organizados. A partir daí, as únicas manifestações que continuavam a realizar-se eram da direita, como na Base de Monte Real, cercando os paraquedistas, incutindo-lhes a impopularidade da sua acção e desmoralizando-os.

Costa Gomes também conhecia a inconsistência da esquerda militar. Intimou Otelo a apresentar-se no Palácio da Presidência, o que foi unanimemente entendido no Copcon como uma ordem de prisão. Otelo desmontou do cavalo branco e foi a correr entregar-se. Em Belém, aliás, não se limitou a desempenhar o papel de prisioneiro: ao comandante do Forte de Almada deu ordens para impedir, se necessário a tiro, qualquer tentativa dos trabalhadores concentrados à porta para obterem armas na unidade.

Mas o principal problema da capitulação de Otelo foi a desarticulação da cadeia de comando do Copcon. A partir daí, estavam condenadas ao fracasso as tentativas de Varela Gomes e Dinis de Almeida para articularem uma resistência ao estado de sítio. Entre a capitulação de Otelo e as directivas desmobilizadoras do PCP, não surpreende que o corpo de fuzileiros tenha optado pela neutralidade.

Neste quadro, ganhou protagonismo o Regimento de Comandos, que não teria possibilidades de sucesso contra uma força coordenada de paraquedistas, fuzileiros e outras unidades. Perante tropas revolucionárias divididas e paralisadas, os comandos foram obtendo, uma após outra, a entrega de posições ou a rendição dessas tropas: paraquedistas em Monsanto, Polícia Militar na Ajuda, etc.

A superioridade material da esquerda militar de nada valeu contra os 600 mercenários dispostos a tudo sob a direcção de Jaime Neves. Era bem a antítese do que se tinha passado no 25 de Abril de 1974, quando as tropas desmoralizadas da ditadura tiveram de recuar perante a coluna mal armada e mal treinada, mas fortemente motivada, de Salgueiro Maia.

Ao fim de um ano e meio e da experiência intensa vivida nesse lapso de tempo, as forças revolucionárias só poderiam ser motivadas pela clareza de objectivos, pela identificação com as reivindicações do proletariado, e por um sistema de organizações de democracia directa, que se impusesse como a natural autoridade política da revolução e que tivesse criado a sua própria cadeia de comando. Todos esses factores faltaram ao encontro.

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA



Sob uma profunda crise capitalista, a capitulação do Syriza aos planos da Troika, em 2015, defraudou muitas esperanças. A partir de então, as mobilizações populares do Sul da Europa, iniciadas em 2011, sob a influência da Primavera Árabe, sofreram uma interrupção. A esquerda parlamentar, agarrada à teoria de domesticação do sistema capitalista, ilustrou as insuficiências estruturais do seu programa.

A história repete-se e o resultado directo da falta de respostas da esquerda à decadência capitalista é o crescimento dos sectores das elites mais reaccionárias, de extrema-direita. Trump é eleito em 2016, capitalizando muito do descontentamento das classes médias e classes trabalhadoras, órfãs de uma alternativa ao sistema em que vivemos. Rapidamente contribui para alavancar estes mesmos sectores pelo mundo. O plano destas elites de extrema-direita é o de dividir os de baixo para melhor perpetuar o seu reinado.

A América Latina, historicamente colonizada pelas potências imperialistas, foi duramente fustigada pelo crescimento da influência política da extrema-direita, animada directamente pela Administração Trump. Em 2016, sob o fracasso político e as suspeitas de corrupção dos Governos PT, as elites reaccionárias brasileiras serviram-se do sistema de justiça para forçar a queda do Governo Dilma e prender, mesmo sem provas, a sua figura mais destacada - Lula da Silva. O resultado, depois de um neoliberal e desastroso Governo Temer, foi a eleição de Bolsonaro, em 2018. Bolsonaro e o governo neoliberal colombiano destacaram-se como os maiores aliados de Trump na região, prestando-lhe uma obediência canina confrangedora. A estes juntaram-se os governos da direita neoliberal do Paraguai, da Argentina, do Perú, do Equador e do Chile. Como se não bastasse, o ano de 2019 inicia-se com uma série de tentativas golpistas de Juan Guaidó, na Venezuela, articuladas por Trump e pelas elites locais, e termina com o golpe contrarrevolucionário na Bolívia, igualmente orquestrado pelos EUA e elites bolivianas. Aqui fica ilustrada a constelação de governos latino-americanos e manobras golpistas que fizeram avançar os nefastos interesses das elites nacionais e das elites imperialistas: esmagar o valor da força de trabalho, aumentar a exploração dos recursos naturais, destruir serviços públicos já fragilizados, destruir direitos fundamentais e endurecer os regimes, tudo em função do aumento dos seus lucros.

No entanto, isto não significou uma derrota

dos trabalhadores e dos povos latino-americanos. Os últimos 2 anos têm sido de uma importante resistência e mobilização, evidenciando a crise e a divisão em que as próprias elites também estão mergulhadas.

Os primeiros sinais vieram da Argentina, onde gigantescas mobilizações de mulheres e uma forte resistência dos trabalhadores fizeram recuar o Governo Macrí, acabando por derrotá-lo eleitoralmente em Dezembro de 2019. Outro sinal apareceu na Venezuela, com o fracasso completo das várias tentativas golpistas de Juan Guaidó. O povo venezuelano, mesmo insatisfeito com Nicolás Maduro, rejeitou massivamente a intervenção dos EUA no seu país. Em Outubro de 2019, rebentam os eventos mais espetaculares. Mesmo sob uma bárbara repressão das forças armadas e da polícia, dá-se uma poderosa mobilização do povo equatoriano contra a austeridade de Lenín Moreno, obrigando-o a recuar, e uma grande revolta no Chile, que se estende aos dias de hoje, exigindo a queda do governo e obrigando a reformas sociais estruturais e uma assembleia constituinte popular para enterrear o neoliberalismo e a herança autoritária de Pinochet. Em Novembro de 2019, os protestos massivos contra a austeridade e corrupção chegam à Colômbia, obrigando igualmente o governo a recuar. Nenhum dos governos equatoriano, chileno ou colombiano cai, mas sofrem de uma profunda instabilidade. Já em Outubro de 2020, as elites golpistas bolivianas acabam eleitoralmente derrotadas, depois das gigantescas mobilizações do povo boliviano, no último ano.

Enquanto a maioria trabalhadora vive no mais duro aperto, uma pequena minoria que não trabalha pretende aumentar as suas fortunas e privilégios à custa dos primeiros. É daqui que resultam os permanentes choques entre as classes e as viragens repentinas da situação política nos vários países. Sem um desfecho à vista, este é o principal traço da situação política mundial que atravessamos. Os governos de esquerda da América Latina, dos últimos 20 anos, apesar de algumas e importantes reformas, não mudaram os fundamentos económicos, sociais e políticos da exploração e opressão capitalista, mantendo aquele continente riquíssimo amarrado ao subdesenvolvimento e às enormes desigualdades sociais.

As mobilizações dos povos latino-americanos apontam que é necessário assumir uma estratégia de ruptura com a ordem dominante e um programa para a maioria trabalhadora e oprimida, sem conciliação com o regime e os partidos que defendem os interesses das elites.

